

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

**UASG 390004**

**Processo Administrativo nº 50000.026815/2023-91**

**Pregão nº 20/2023**

**MASTER ALTERNATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.699.866/0001-06, com sede na Rua Aroeira nº 691, Bairro Santa Cruz, Belo Horizonte - MG, CEP 31.150-540, representada por seu representante legal **DOUGLAS EZEQUIEL DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 075.082.136-10, por intermédio de sua advogada (procuração anexa- Doc.01), vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão de revogação da licitação em epígrafe, com base no art. 165, I, 'd' da Lei 14.133/21, pelos fatos e razões a seguir expostos:

**01 – DA TEMPESTIVIDADE**

O pregoeiro do certame informou a revogação da licitação no dia 27/02/2024, desta forma, iniciou-se a contagem do prazo de 03 (três) dias úteis, previstos no art. 165, I, 'd' da Lei 14.133/21.

Desta forma, o prazo se encerra em **01/03/2024**, assim resta comprovada a tempestividade do presente recurso.

**02 – DAS RAZÕES**

Inicialmente, cumpre destacar que, conforme art. 71, II e §2º da Lei 14.133/21, a revogação da licitação pode se dar observados os seguintes requisitos:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório **será encaminhado à autoridade superior**, que poderá:

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório **deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado**.

Desta forma, resta demonstrado que, para a revogação da licitação são necessários o cumprimento de requisitos, quais sejam: deve ser realizado pela autoridade superior, deve haver fato superveniente devidamente comprovado, e ainda, deve haver decisão fundamentada.

No caso em apreço, em relação ao item G3, verifica-se que foi aberta a fase de recursos, sendo que a empresa SAN DECORAÇÕES E REFORMAS LTDA apresentou recurso contra a habilitação da empresa MASTER ALTERNATIVAS LTDA, a qual apresentou as devidas contrarrazões no prazo previsto.

Sendo assim, tais recursos restavam pendentes de julgamento pelo pregoeiro, entretanto, não houve julgamento e a licitação simplesmente foi revogada sem a devida motivação, conforme se observa do chat (Doc.02):

Sistema	30/01/2024 00:00:02	A fase de recurso do item G3 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para registro de contrarrazão até 01/02/2024.
Sistema	02/02/2024 00:00:00	A fase de contrarrazão do item G3 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para decisão do pregoeiro.
Sistema	27/02/2024 11:01:52	O item G3 foi revogado pelo pregoeiro. Motivo: De acordo Despacho 49 a " área técnica sugere a correção do texto e uma melhor redação do Termo de Referência em específico o que trata o item 8.28 e demais, para que seja sanado os vícios que corrompe o entendimento quanto as exigências de comprovação técnicas do certame."
Sistema	27/02/2024 11:02:16	A fase de recurso do item G3 está aberta até 01/03/2024.

Para a revogação da licitação é preciso que tenha ocorrido um fato superveniente capaz de alterar o interesse público, de maneira que a licitação não seja mais conveniente e oportuna para atingir os objetivos buscados pelo Poder Público.

Além disso, a Administração Pública deve motivar adequadamente seu ato, a fim de apontar justamente a presença daquele fato superveniente e comprová-lo.

Este é o entendimento do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público (...). Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente". (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9º Edição. São Paulo. 2002, p. 438).

Também se verifica do texto legal, que a autoridade superior é quem é competente para revogar a decisão, e não o pregoeiro.

Assim, o procedimento correto é que o pregoeiro encaminhe o processo à autoridade superior, para que esta, se achar pertinente, revogue a licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

No caso em apreço, não houve o encaminhamento à autoridade superior, e o pregoeiro revogou a licitação sem a devida motivação e comprovação do fato superveniente que causou tal revogação.

Pelo princípio da motivação, toda e qualquer decisão em processo administrativo deve ser fundamentada, pois só assim é possível garantir tanto o controle dos atos administrativos quanto o contraditório e a ampla defesa dos administrados (arts. 2º, parágrafo único, inciso VII, e 50, inciso V, da Lei 9.784/1999).

Esse também é o posicionamento do TCU:

“Em qualquer dos casos de revogação ou anulação **deve constar do processo a devida motivação, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos da decisão.** Na hipótese de desfazimento do processo licitatório, por revogação ou anulação, assegura-se ao licitante vistas dos autos, direito ao contraditório e à ampla defesa. Ato de revogar a licitação pode ser praticado a qualquer momento. É privativo da Administração. Sem prejuízo das determinações cabíveis, considera-se prejudicada a representação que versa sobre falhas apontadas em concorrência ante a perda de seu objeto, devido à declaração de sua revogação pela Administração licitante”. (TCU, Acórdão nº 889/2007, Plenário).

No presente caso, o pregoeiro simplesmente relatou no chat que a decisão de revogação se deu porque *“a área técnica sugere a correção do texto e uma melhor redação do Termo de Referência em específico o que trata o item 8.28 e demais, para que seja sanado os vícios que corrompe o entendimento quanto as exigências de comprovação técnicas do certame”*.

Ora, o Termo de Referência não constitui fato superveniente, justamente porque antecede a realização da licitação, vinculando-se a Administração estritamente ao ato convocatório.

Sendo assim, verifica-se que a licitação ocorreu de maneira válida, sendo que os documentos apresentados pela empresa declarada vencedora do certame foram devidamente conferidos pela comissão de licitação e homologados, não havendo que se falar em motivo para a revogação do certame.

Além disso, da forma que foi realizada a revogação é ilegal, uma vez que está em desacordo com a Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei 14.133/21, pois não foi proferida a decisão pela autoridade competente, bem como há ausência de fato superveniente devidamente comprovado e decisão fundamentada.

Portanto deve ser mantida a licitação em relação ao item G3, com a decisão de habilitação da empresa **MASTER ALTERNATIVAS LTDA**.

### 03 - DOS PEDIDOS

Com base nos fatos e fundamentos expostos, a empresa **MASTER ALTERNATIVAS LTDA**, vem respeitosamente perante o Sr. Presidente da Comissão Licitante, requerer que seja o presente recurso **conhecido e provido**, reformando-se a decisão proferida, com a adjudicação do certame.

Em caso de indeferimento do presente recurso, requer seja encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o art. 165, § 2º da Lei 14.133/21.

Nestes termos, pede e espera deferimento

Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2024.

PATRICIA DA  
JORNADA PIVOTO

Assinado de forma digital por  
PATRICIA DA JORNADA  
PIVOTO  
Data: 2024.03.01 08:38:41  
+0100

**PATRÍCIA PIVOTO**

**OAB/PR 93.005**

**OAB/SP 506.227**

**DOUGLAS EZEQUIEL DOS SANTOS**  
**MASTER ALTERNATIVAS LTDA**

Documento assinado digitalmente



**DOUGLAS EZEQUIEL DOS SANTOS**

Data: 01/03/2024 11:00:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(45) 99804-9664

[www.patriciapivoto.adv.br](http://www.patriciapivoto.adv.br)

[patriciapivotoadvocacia@gmail.com](mailto:patriciapivotoadvocacia@gmail.com)